



Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social

ISSN: 1983-5922

ISSN: 2178-2792

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Landini, Tatiana Savoia

Pedofilia em museus: Quando o antigo conceito de pânico moral se faz presente¹

Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, vol. 11, núm. 3, 2018, pp. 512-532

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=563866237008>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais informações do artigo
- ▶ Site da revista em redalyc.org



Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Pedofilia em museus: Quando o antigo conceito de pânico moral se faz presente¹

Tatiana Savoia Landini

Professora da Unifesp

Recebido em: 26/02/2018

Aprovado em: 17/08/2018

Tendo como material de análise a reação que levou ao fechamento da exposição *Queermuseu: Cartografias da diferença na arte brasileira*, em Porto Alegre, o texto tem como objetivo falar sobre pedofilia a partir do conceito de pânico moral. Para isso, faço algumas considerações a respeito desse conceito, inserindo-o na nova dinâmica do século XXI. Em seguida, busco responder qual foi, efetivamente, a questão de fundo que amparou a campanha contra a mostra. Por fim, trago a discussão para a seara da sociologia processual, buscando explicar quais os processos e figurações que possibilitaram sua ocorrência.

Palavras-chave: pedofilia, pânico moral, sexualidade, violência sexual, infância

By analyzing the reaction that led to the closing of the *Queermuseu* exhibition, in Porto Alegre, **Pedophilia in Museums: When the Old Concept of Moral Panic Becomes Present** aims at contributing to the discussions on pedophilia having the concept of moral panic as a starting point. In this connection, I comment on the concept of moral panic in the new dynamic of the 21st century. Then I try to answer what was at stake in the moral campaign perpetrated against the *Queermuseu*. Finally, I bring the discussion to the field of processual sociology, trying to explain what processes and figurations have made possible the occurrence of a moral panic.

Keywords: pedophilia, moral panic, sexuality, sexual violence, childhood

Introdução

As sociedades parecem estar sujeitas, de vez em quando, a períodos de pânico moral. Uma condição, episódio, pessoa ou grupo de pessoas passa a ser definida como ameaça a valores e interesses sociais; sua natureza é apresentada de forma estilizada e estereotipada pela mídia de massa; as barricadas morais são tripuladas por editores, bispos, políticos e outras pessoas com pensamento direitista; especialistas reconhecidos socialmente dão seus diagnósticos e soluções; formas de lidar com a situação evoluem ou (mais recorrentemente) são usadas com um propósito; as condições então desaparecem, submergem ou deterioram e tornam-se mais visíveis. Algumas vezes o objeto de pânico é uma novidade e outras vezes é algo que existe há bastante tempo, mas torna-se o foco repentinamente. Algumas vezes o pânico passa e é esquecido, exceto no folclore ou memória coletiva; outras vezes há repercussões mais sérias e mais duradouras e podem produzir mudanças legais, na política social ou mesmo na forma como a sociedade concebe a si mesma (COHEN, 2011a, p. 1).

O parágrafo inicial do livro *Folk Devils and Moral Panics*, publicado em 1972 pelo sociólogo sul-africano Stanley Cohen, já foi citado à exaustão. O livro de Cohen, em conjunto com a obra *The Drugtakers: The Social Meaning of Drug Use*, publicada em 1971 pelo sociólogo e criminologista britânico Jack Young, deram origem a toda uma linhagem de discussão não apenas nas ciências sociais, mas também no jornalismo, criminologia, psicologia, etc.

De forma breve, falar em pânico moral significa falar em uma reação exagerada a algum evento (esporádico ou sistemático). A análise é concentrada na reação, retirando o olhar tradicionalmente dirigido ao desviante e a suas características ou deficiências e dirigindo-o aos definidores do desviante, àqueles que rotulam em lugar dos rotulados, bem como analisando a relação entre os “desviantes”, os agentes de controle social, a mídia e o público em geral (DAVID et al., 2011, p. 215). A mídia de massa é, geralmente, vista como um ator-chave, mas nem sempre o pânico é deliberadamente construído por ela. Outros setores sociais ou empresários morais podem também contribuir significativamente.

A discussão de pânico moral já foi diversas vezes aplicada ao tema da violência sexual contra crianças e adolescentes. Um dos casos mais discutidos é o da escola McMartin Preschool, localizada em Manhattan Beach, Los Angeles (EUA). Ocorrido em 1983, o episódio gerou pelo menos três livros a seu respeito (NATHAN e SNEDEKER, 1995; CHEIT, 2014; BECK, 2015). A alegação inicial foi de abuso ritual nessa pré-escola: as crianças teriam sido abusadas sexualmente e obrigadas a participar de filmes pornográficos. Na tentativa de que ficassem com medo e não contassem o ocorrido, teriam sido forçadas também a testemunhar a mutilação e o assassinato de animais. Ao longo da investigação, mais de 60 crianças que frequentaram a McMartin foram entrevistadas. Ao fim, concluiu-se por sua vitimização. A escola foi fechada alguns meses depois e diversas pessoas acabaram presas. Na sequência, e ao longo de toda a década de 1980, estouraram escândalos envolvendo o abuso ritual e sexual de crianças em diversas escolas e cidades americanas, levando os jornais da época a falarem em uma “epidemia” de abusos.

O caso da Escola Base, no Brasil, em 1994, guarda uma similaridade muito grande com o caso da McMartin Preschool. Ao final de março daquele ano, duas mães de alunos prestaram queixa de abuso sexual de seus filhos, que teria ocorrido na escola. No dia seguinte, a polícia pediu o exame de corpo de delito e cumpriu mandados de busca e apreensão na casa dos acusados e na escola. O primeiro laudo não foi definitivo, mas já naquelas semanas as mães chamaram a Rede Globo, que começou a noticiar o caso. O delegado que investigava a denúncia também convocou a imprensa e virou os holofotes da mídia para o caso (RODRIGUES, 2017).

Durante os dois meses e meio que separaram esse momento inicial do arquivamento do caso por falta de provas, a mídia impressa publicou grande número de reportagens sobre o caso, motivando inclusive a deprecação da escola. Os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* foram processados por danos materiais e morais, em função das acusações infundadas (LANDINI, 2006).

A discussão ora apresentada tem como objetivo discutir reações ao fechamento da exposição *Queermuseu: Cartografias da diferença na arte brasileira*, utilizando como categoria principal de análise o conceito de pânico moral. As críticas a esse conceito são diversas, bem como são muitos os seus entendimentos e usos (GARLAND, 2008; DAVID et al., 2011). A certeza inicial é uma só: o conceito necessita ser rediscutido e repensado, levando-se em conta principalmente a nova dinâmica social do século XXI.

Buscarei, ao longo do texto, fazer algumas considerações a esse respeito. Na esteira de Rohloff e Wright (2010), trarei a discussão do pânico moral para a seara da sociologia processual, buscando explicitar quais os processos e figurações que permitiram que, no caso em tela, a acusação de apologia à pedofilia, feita a uma exposição artística, tenha efetivamente gerado um pânico moral. Ao fazer isso, meu objetivo final é discutir a reação social à pedofilia e à violência sexual contra crianças e adolescentes, concordando com Beck (2015) que ações e reações exageradas em relação à violência sexual podem gerar – ou, no caso, mascarar – um conservadorismo em relação a gênero e sexualidade.

A pesquisa foi realizada no ambiente digital, utilizando sites de revistas, blogs e a rede social Facebook. Com base em notícias, objetivou-se, em primeiro lugar, estabelecer uma narrativa do caso, apresentada na próxima seção deste texto. Em seguida, com base em uma pesquisa realizada no perfil público no Facebook do Movimento Brasil Livre (MBL),² abrangendo o período de 1 a 30 de setembro de 2017, bem como no blog *Jornalivre*,³ origem de grande parte das notícias postadas na página do MBL na rede social,⁴ discuto o pânico moral gerado, situando-o na dinâmica do século XXI, especialmente no tocante às novas tecnologias da informação e da comunicação (TIC). Por fim, trago a discussão do pânico moral para a seara da sociologia processual, buscando explicar os processos e figurações que possibilitaram a ocorrência do pânico moral no caso em questão.

O texto que ora apresento não se pretende uma análise de grande amplitude ou o resultado de uma pesquisa empírica exaustiva. O presente artigo foi escrito em dezembro de 2017 e janeiro de 2018, ainda no calor dos acontecimentos, e motivado justamente por eles. Dessa forma, é esperado que pesquisas de maior fôlego complementem a presente discussão, ou a ela se oponham.

Apresentando o caso 'Queermuseu'

Em 10 de setembro de 2017, o Santander Cultural, em Porto Alegre, determinou o encerramento da exposição *Queermuseu: Cartografias da diferença na arte brasileira*, aberta ao público desde o mês anterior. O fechamento precoce foi justificado pela denúncia de que algumas das obras que compunham a mostra representariam incentivo à pedofilia, à zoofilia e contra os

bons costumes. O MBL, criado em 2014 no contexto da oposição política à então presidenta Dilma Rousseff, foi apontado em reportagens como um dos principais catalisadores da campanha de boicote à mostra, além de grupos religiosos (MELO, 20/09/2017; MENDONÇA, 14/09/2017).

A fim de explicar sua decisão, o Santander Cultural publicou uma nota afirmando que havia recebido “diversas manifestações críticas sobre a exposição”, e pediu “sinceras desculpas a todos os que se sentiram ofendidos por alguma obra que fazia parte da mostra”. Na página on-line da instituição, na qual foi publicada a referida nota, não foram poucos os comentários de protesto contra o conteúdo da mostra. “Santander compactua com pedofilia”, “malditos”, “capetas”, “pedófilos”, “pervertidos” e “banco satânico” são apenas alguns deles.⁵

Na semana anterior, Kim Kataguirí, co-fundador do MBL, havia divulgado um vídeo que tinha por chamada “Absurdo! Esquerda tenta promover pedofilia e zoofilia para as crianças e com dinheiro público”. O alvo do protesto era justamente a exposição em questão, que incluía obras de Cândido Portinari, Lygia Clark, Alair Gomes, Adriana Varejão, Fernando Baril e Bia Leite, entre outros artistas (POROGER, 14/09/2017).

Após o fechamento da exposição, em alguns municípios gaúchos foi solicitada a retirada do catálogo da mostra das bibliotecas escolares. Foi o caso de Uruguaiana (RS), cuja Câmara Municipal solicitou não apenas a retirada do catálogo da biblioteca de suas escolas municipais, mas também dos livros que mostrassem imagens similares (BIBLIOO, 07/10/2017). A justificativa usada para esse pedido foi a mesma utilizada como solicitação para o fechamento da mostra: incitação à pedofilia.

Pouco tempo depois, uma performance realizada na abertura do 35º Panorama da Arte Brasileira, no Museu de Arte Moderna (MAM) de São Paulo, em 26 de setembro, também foi acusada de pedofilia. Novamente, a denúncia foi levada às redes sociais por grupos conservadores como o Ativistas Independentes, o Nas Ruas e o próprio MBL (ROSSI, 03/10/2017).

A performance, realizada pelo artista fluminense Wagner Schwartz, era inspirada na obra *Bichos* de Lygia Clark, formada por esculturas em alumínio com várias dobradiças que podiam ser manipuladas pelo público. Durante a apresentação, o artista se posicionou completamente nu em uma espécie de tatame para ser manipulado pelos espectadores. Em um vídeo postado no YouTube, vê-se uma menina de mais ou menos cinco anos aproximando-se do artista e tocando seu pé.

Além das acusações a essas duas mostras, com grande repercussão nas redes sociais e nas mídias tradicionais, outras manifestações artísticas em Brasília (DF), Jundiaí (SP) e Campo Grande (MS) também foram alvo de protestos, o que permitiu que jornalistas críticos a esse posicionamento falassem em uma “onda *Queermuseu*” (Idem).

História da sexualidade, por exemplo, aberta ao público no Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (Masp) em 26 de outubro de 2017, também sofreu consequências: de forma

inédita em seus 70 anos de existência, o Masp proibiu que crianças e adolescentes visitassem a exposição, mesmo acompanhados dos pais. No início de novembro, recuou dessa decisão, revisando a classificação etária de 18 anos de classificatória para indicativa. A partir do dia 8 de novembro, o ingresso de crianças e adolescentes voltou a ser permitido, desde que acompanhados dos pais ou responsáveis (G1, 07/11/2017).

Outro evento que também foi compreendido como tendo ocorrido na esteira dos protestos contra a mostra *Queermuseu* (OLIVEIRA, 06/11/2017) foi a vinda da filósofa Judith Butler para participar de eventos acadêmicos na cidade de São Paulo. Apesar de o tema de suas palestras não ser os estudos de gênero, pelos quais é mais conhecida, Butler foi alvo de grupos conservadores que organizaram uma petição on-line afirmando que sua presença em um “simpósio comunista” não seria “desejada pela esmagadora maioria da população nacional”. Atos de apoio e um “cordão democrático” foram convocados por grupos opositores (Idem). No âmbito político, os prefeitos de São Paulo, João Dória, e do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, aproveitaram-se das acusações para marcar posição junto ao eleitorado mais conservador.

A decorrência política mais séria foi a intimação do curador da mostra *Queermuseu*, Gaudêncio Fidelis, do curador da mostra do MAM-SP, Luiz Camilo Osório, e do coreógrafo que se apresentou no museu, Wagner Schwartz, para deporem na Comissão Parlamentar de Inquérito dos Maus Tratos (CPIMT), presidida pelo Senador Magno Malta, do Partido da República (PR). Contra Fidelis e Schwartz foram expedidos, inclusive, pedidos de condução coercitiva, em função de não terem comparecido à primeira convocação – Fidelis havia pedido o adiamento de seu depoimento e Wagner sequer havia recebido a convocação, que foi endereçada ao Museu e não ao artista (MARTINS, 24/11/2017). A condução coercitiva de Wagner foi suspensa por ordem do Supremo Tribunal Federal e a de Fidelis foi retirada pelo senador Magno Malta dois dias antes da data marcada para o depoimento, após pedido do depoente (Idem).

Artistas e pessoas autoidentificadas como esquerda não se calam. “Estamos vivendo uma ditadura com luvas de pelica, fedendo a fezes”, afirmou Aldir Blanc à *Carta Capital* (SANCHES, 17/09/2017), situando o episódio no cenário político nacional. Sob o título “O discurso de ódio que está envenenando o Brasil”, Xosé Hermida afirmou em *El País* que “a caça às bruxas de grupos radicais contra artistas, professores, feministas e jornalistas se estende pelo país” (HERMIDA, 19/11/2017). Em extenso artigo, Eliane Brum (31/10/2018) teceu argumentos para tentar responder por que parte dos movimentos sociais que militaram a favor do impeachment de Dilma Rousseff em 2016 teria criado um “problema que não existe justamente no momento em que o Brasil tem problemas reais por todos os lados”.

Ao fim e ao cabo, a “onda Queermuseu” arrefeceu e o assunto praticamente desapareceu tanto da imprensa tradicional como das redes sociais. Conforme atestado pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul (MP-RS), não houve incitação à pedofilia, acusação que havia sido feita à mostra. Em documento de 28 de setembro de 2017, entre os arrazoados para a recomendação de reabertura da mostra, o procurador federal Fabiano de Moraes escreveu que “as obras que trouxeram maior revolta em postagens nas redes sociais não têm qualquer apologia ou incentivo à pedofilia”.⁶

A recomendação de reabertura da exposição, feita pelo MP-RS, não foi aceita pelo Santander Cultural. Em 20 de dezembro de 2017, foi assinado um Termo de Compromisso Consensual entre o Ministério Público e o Santander Cultural, estabelecendo o comprometimento de que a entidade cultural realize duas novas exposições que enfatizem “especialmente a temática da diferença e diversidade na ótica dos Direitos Humanos”.⁷

Revisitando o conceito

O parágrafo inicial do livro *Folk Devils and Moral Panic* (COHEN, 2011a), com o qual abri o presente artigo, é visto como um modelo para definir se houve pânico moral em uma determinada circunstância, e é composto por seis estágios ou processos. Vejamos o caso *Queermuseu*, seguindo os estágios definidos por Cohen:

Estágio 1: um grupo de pessoas passa a ser definido como ameaça a valores e interesses sociais – os pedófilos são os “*folk devils*” em questão –, ao menos é esse grupo que é tematizado na acusação.

Estágio 2: sua natureza é apresentada de forma estilizada e estereotipada pela mídia de massa – grande parte da campanha pedindo o fechamento do *Queermuseu* foi feita pelo MBL por meio de mídias sociais como o Facebook, espaço em que a linguagem e a superficialidade das discussões costumam ser mais acentuadas do que na mídia tradicional. Os títulos dos posts eram bastante sensacionalistas e o conteúdo, muito baseado em valores morais.

Estágio 3: barricadas morais são tripuladas por editores, bispos, políticos e outras pessoas com pensamento direitista – no caso, a campanha foi planejada e executada⁸ pelo MBL, movimento político brasileiro situado à direita no espectro político.

Estágio 4: especialistas reconhecidos socialmente dão seus diagnósticos e soluções – por parte do MBL, dois de seus fundadores emprestaram seu prestígio político para criticar a mostra. A reação à campanha contou com especialistas e pessoas de maior prestígio social, como jornalistas, professores universitários e artistas.

Estágio 5: formas de lidar com a situação evoluem ou, mais recorrentemente, são usadas com um propósito: além de ter sido uma campanha contrária a expressões artísticas direcionadas à discussão sobre diversidade sexual, o pânico moral gerado abriu caminho para a afirmação do posicionamento político, por parte do MBL, em favor da aprovação do projeto do Escola sem Partido.

Estágio 6: as condições então desaparecem, submergem ou deterioram e se tornam mais visíveis – a campanha perdeu forças a partir da recomendação de reabertura da mostra, por parte do MP-RS.

Diferentemente de Cohen, que fala em estágios ou processos, o também bastante reconhecido modelo de Goode e Ben Yehuda (2009, pp. 37-43) define a existência do pânico moral a partir de cinco elementos ou critérios:

1) *Inquietação ou preocupação a respeito do comportamento de algum grupo ou categoria e suas consequências para um ou mais setores sociais.* Como discutirei mais à frente, a preocupação era com a população LGBT, relacionando gays à pedofilia, e com setores mais progressistas da sociedade, que discutem sexualidade e infância – o que é muito diferente, ou talvez o contrário, de sexualização da infância.

2) *Hostilidade em relação ao grupo ou categoria-alvo da inquietação ou preocupação.* O grupo é visto como inimigo, e seu comportamento, entendido como uma ameaça aos valores sociais, dividindo a sociedade entre “nós” – bons, respeitáveis – e “eles” – desviantes, outsiders. Essa divisão, também presente em Cohen (2011a), é de suma importância. No caso, o “nós” constituiu-se como o grupo dos que se preocupam com o bem-estar e a proteção de crianças e adolescentes; o “eles”, como aqueles que podem pervertê-las, os libertinos.

3) *Consenso por parte da sociedade ou de um segmento social de que a ameaça é real, séria e causada pelo comportamento do grupo acusado.* É difícil ter a medida de que segmento seria esse, qual sua dimensão numérica. Mas as 52 publicações do MBL⁹ na página do movimento no Facebook¹⁰ conseguiram um número grande de reações. No auge da campanha, em 11 de setembro, uma das publicações alcançou 40 mil reações e 30 mil compartilhamentos.

4) *Desproporção.* O fato de o Ministério Público ter recomendado a reabertura da mostra e, em função da recusa pelo Santander Cultural, ter acordado a realização de duas outras mostras artísticas com a mesma temática demonstra que a acusação não se sustentava; os quadros ali expostos não faziam apologia da pedofilia.

5) *Volatilidade.* O pânico moral pode aparecer e desaparecer repentinamente, ainda que as condições estruturais ou históricas para seu aparecimento possam já estar presentes: a campanha

contra a mostra Queermuseu foi muito rápida, mas o tema da pedofilia é recorrente, bem como o da proteção de crianças e adolescentes.

Em ambas as conceituações de pânico moral (COHEN, 2011a; GOODE e YEHUDA, 2009), há uma mesma característica essencial, de base: é uma reação exagerada. Ciente da distinção entre pânico moral, quando o problema é visto como exageradamente sério, e negação, quando não é visto como sério o bastante (COHEN, 2011b, p. 240), teço alguns comentários a esse respeito.

Em *Beyond Tolerance: Child Pornography on the Internet* (2001), Philip Jenkins relata sua experiência com a pesquisa sobre pornografia infantil na internet. A princípio, ele acreditava que as denúncias sobre pornografia infantil eram, em larga medida, falsas. Ao realizar sua pesquisa, contudo, percebeu que a pornografia infantil tinha uma presença substantiva nos “submundos” da Internet, uma realidade muito pior do que poderia imaginar em termos de tipos de atividade retratadas e idades das crianças envolvidas (JENKINS, 2001, p. 8).

Em texto posterior, refletindo sobre essa questão, Jenkins (2009) afirma que alguns problemas sociais sérios não conseguem detonar um pânico moral. A pornografia infantil seria um deles, principalmente em função da polícia. Segundo o autor, a polícia é o único órgão americano com permissão de adentrar o âmbito online na busca de material pornográfico com crianças e adolescentes, mesmo sem ter a tecnologia e o conhecimento necessários para entender o funcionamento do mercado online e dos grupos desviantes.

Em diversos casos, como no da pornografia infantil discutida pelo autor, não é fácil ter a efetiva medida do problema, o que torna delicado classificar a reação como um pânico moral. Se falássemos em pedofilia de forma geral, a mesma afirmação seria válida. Mas tratamos aqui de um caso muito específico: o fechamento de uma mostra artística denominada *Queermuseu*, que teve, inclusive, sua reabertura recomendada pelo MP-RS.

A campanha do MBL foi feita em blogs e mídias sociais, meios que não existiam à época em que Cohen desenvolveu o conceito, mas que o autor leva em consideração em escrito posterior (COHEN, 2011b, p. 239). As mudanças nas tecnologias da informação e da comunicação e o potencial massivo das mídias sociais, segundo ele, poderiam explicar a facilidade e a velocidade com que os estágios do pânico moral podem ser transmitidos e construídos na atualidade.

Há outra questão de extrema importância que deve ser adicionada: blogs e, principalmente, mídias sociais são, a bem dizer, uma mídia acessível a um número muito grande de pessoas, que encontram ali espaço para comentar ou expressar suas opiniões e crenças. Há, dessa forma, maior facilidade para que grupos sem espaço na mídia tradicional possam buscar seu próprio meio no ambiente on-line.

A campanha do MBL beneficiou-se enormemente disso. Se o pânico moral em torno do *Queermuseu* pôde se constituir, é porque a dinâmica da mídia nesta segunda década do século XXI difere muito da estrutura da imprensa nas últimas décadas do século XX.

A página do MBL no Facebook é alimentada, em grande parte, por notícias publicados no blog *Jornalivre*,¹¹ entre as quais encontramos as seguintes chamadas: “Quem ataca os críticos da mostra do Santander está defendendo a promoção pedofilia e zoofilia pagas com dinheiro público”;¹² “Santander Cultural promove pornografia e até pedofilia com base na Lei de Incentivo à Cultura”;¹³ “Esquerdistas sempre defenderam a pedofilia, só tinham medo de demonstrar isso publicamente... Até agora”.¹⁴

Além do teor apelativo das manchetes publicadas no site, é interessante notar que quase todas as notícias foram publicadas acompanhadas de fotos de um ou mais quadros expostos no *Queermuseu*. Uma obra de Bia Leite, intitulada *Criança viada*, foi das mais usadas – fato que, em si, já é uma contradição, pois, se a denúncia era de incitação à pedofilia, por que contribuir com a maior visualização do material?

O quadro de Adriana Varejão intitulado *Cenas do interior II* também acompanha alguns dos textos publicados no *Jornalivre*.¹⁵ A obra data de 1994 e já passou por diversas exposições, não tendo sido até então alvo de qualquer acusação (SCHWARCZ, 25/09/2017). Em breve análise da obra, Lilia Schwarcz, que teve um post sobre a obra censurado no Facebook, afirma que

o quadro mostra como os jogos sexuais, sejam eles solitários, a dois ou em grupos, não têm tempo, regra, local ou prazo de validade. Também há na obra uma janela para pensarmos em relações consentidas e outras marcadas pela violência e por processos de humilhação. Lá estão casais bem constituídos, arranjos de gênero distintos, bem como registros de misturas entre raças, povos e animais. Existem também referências à cultura do estupro que vigorou abertamente durante o período da escravidão, mas não se limitou a ele, e uma representação de práticas que da alcova escura e escondida, de um vergonhoso segundo plano, aqui ganham o centro da cena e protagonismo (Idem).

Já o quadro de Bia Leite mostra duas crianças: uma com saia, blusa tomara-que-caia e a cabeça pintada de vermelho; a outra, com calças legging e uma sunga por cima, pernas cruzadas e a cabeça pintada de azul. Acima da primeira está escrito “criança viada travesti da lambada” e da segunda, “criança viada deusa das águas”.

A obra foi inspirada no projeto *Criança Viada*, criado por Iran de Jesus Giusti em 2012. Próximo ao dia das crianças, Giusti criou um blog em que colocou fotos suas e de amigos quando crianças em poses, segundo ele, “bem pintosas”.¹⁶ Assim como a mostra *Queermuseu*, o blog de Iran Giusti discute a diversidade sexual e o preconceito, no contexto da infância. Se a sociedade

brasileira já é preconceituosa com homossexuais, transgêneros e transexuais, colocar essa discussão em relação a crianças acaba por ser uma mistura explosiva.

Em ambos os quadros mencionados acima, o que se apresenta são questionamentos à sexualidade hegemônica e, principalmente, crítica a processos de violência simbólica ou física. Empreendem, portanto, a defesa da diversidade e da liberdade sexual.

Se, ainda assim, há dúvidas a respeito da possibilidade da incitação à pedofilia, passemos ao significado do termo.

O promotor do MP-RS Julio Almeida, que visitou a mostra para avaliar a pertinência das acusações, afirmou à Rádio Guaíba¹⁷ em 12 de setembro de 2017 que não havia nenhum quadro na mostra que retratasse pedofilia ou que pudesse ser entendido como incitação à pedofilia. Segundo ele, algumas obras – poucas – retratavam os órgãos genitais ou o sexo explícito, o que, em seu ponto de vista, poderia até acarretar a discussão sobre o acesso de crianças e adolescentes à mostra. Ressaltou ele, contudo, que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) não trata explicitamente da questão.

Em sua fala, ao definir o que é pedofilia, o promotor confunde o conceito com o de pornografia infantil, fazendo referência ao art. 241 do ECA. A associação entre pedofilia e pornografia infantil é bastante comum, principalmente nos meios de comunicação (LANDINI, 2006), mas também no âmbito da Justiça (RODRIGUES, 2017). Pornografia infantil implica um produto acabado, uma foto, um filme, uma representação (real ou simulada) em que uma criança ou adolescente esteja em pose pornográfica ou de sexo explícito, ou ainda que o foco seja a genitália. Já a pedofilia, cuja definição médica no Código Internacional de Doenças (CID-10) da Organização Mundial da Saúde (OMS) é “preferência sexual por crianças pré-púberes ou em início de puberdade” (OMS, 1997), não tem previsão em nenhum código legal em nosso país.

Essa distinção não é irrelevante, muito pelo contrário. Se a pornografia infantil diz respeito à representação da criança, a pedofilia se refere ao desejo sexual do adulto. A pornografia infantil pode excitar adultos que tenham atração por crianças? Sem dúvida. Mas, ainda assim, o crime seria a pornografia infantil e, como bem afirmou o promotor, não havia ali nenhum quadro que retratasse crianças ou adolescentes em poses sexuais ou pornográficas, ou cujo foco fosse sua genitália.

Incitar significa estimular, incentivar, instigar – e não foi encontrado nenhum quadro com relações sexuais entre crianças e adultos, ou mesmo em que o desejo sexual de adultos por crianças fosse celebrado ou enaltecido.

Voltemos aos quadros, principalmente o de Bia Leite. A representação de duas crianças vestidas e a discussão que propunha a partir do trabalho de Iran Giusti dizem respeito à sexualidade das crianças e ao preconceito ou *bullying* sofrido por elas por possuírem trejeitos gays ou lésbicos. Em suma, trata da sexualidade de crianças, não de adultos.

A acusação de incitação à pedofilia desviou a atenção não apenas do propósito desses quadros, mas da exposição de forma geral. Ao utilizar a figura do pedófilo – esse bicho-papão (SILVERMAN e WILSON, 2002) ou monstro contemporâneo (LOWENKRON, 2015) –, a campanha contra o *Queermuseu*, de forma perversa, inverteu a discussão colocada naquele espaço artístico.

Afirma Miskolci (2007, pp. 114-115) que a política simbólica que estrutura os pânicos morais costuma se dar por meio da substituição, com grupos de interesse ou empreendedores morais, chamando a atenção para um assunto a fim de atingir outra questão, sendo tarefa do pesquisador desvelar o que se esconde por trás do medo explicitado. O exemplo utilizado por Miskolci é a descriminalização da homossexualidade, que levou aqueles que a entendem como imoral a encontrar outras formas para denunciá-la, sendo o temor da pedofilia uma delas.

É nessa linha que seguimos, buscando responder qual é, efetivamente, a questão de fundo que amparou a campanha contra o *Queermuseu*.

Texto e contexto

Jock Young, um dos pioneiros e uma das principais referências quando se trata do conceito de pânico moral, relembra em texto de 2011 o cenário que imperava no final dos anos 1960, momento em que buscava um tema para estudar em seu doutorado. Segundo o autor, foi a experiência cotidiana do preconceito contra “pessoas de cabelo comprido e roupas exóticas” (YOUNG, 2011, p. 247) e o fato de saber que a política plantava drogas em suspeitos para produzir evidências para sua convicção que o fizeram pensar na ideia do pânico moral como “conflito moral entre autoridade e subcultura” (Idem). O que ele traça é uma sociedade em ebulição, partida entre estabelecidos e *outsiders*.

Transpondo essa discussão para os dias atuais, Jenks (2011) afirma que o estado de incerteza e instabilidade em que se encontram as sociedades contemporâneas leva a questionamentos da autoridade e da tradição, da verdade e da certeza. A diferença entre o momento presente e a década de 60 seria o desaparecimento da crença em uma identidade coletiva, quando “os grupos políticos de direita apelam para ideias fora de moda como ‘nação’ e a esquerda tem como alvo grupos minoritários a fim de criar agrupamentos temporários (como famílias monoparentais ou mesmo estudantes)” (JENKS, 2011, p. 234).

Na mesma linha, Miskolci (2007, pp. 114-115) nos lembra que a rapidez com que pânicos morais se sucedem na sociedade contemporânea se deve à necessidade de debater e renegociar constantemente os limites morais da coletividade, os quais não são mais redutíveis a um conjunto de regras simples pronunciado por líderes religiosos ou políticos.

Nas décadas de 60 e 70 havia turbulência também na academia, com disputas teóricas, particularmente na criminologia (JENKS, 2011; YOUNG, 2011). À questão da ordem, presente em grande parte das teorias sociológicas, somava-se a discussão sobre o poder, em conjunto com questões sobre fragmentação, conflito e escolha. As estruturas hegemônicas davam lugar a formas de agência e políticas identitárias (JENKS, 2011, p. 231).

A nova teoria do conflito concentrava-se na explicação simétrica no que tange ao ofensor e ao controle social, mostrando que, muitas vezes, o ato cometido pelo ofensor era, em realidade, uma forma de resistência ao status quo. Nesse sentido, as reações sociais contra o desviante, o que inclui pânico morais, eram vistas como atos de resistência por parte do *establishment*, tentativas de reforçar uma hegemonia ameaçada (YOUNG, 2011, p. 248).

A mídia de massa era vista como possuidora de um papel central na proliferação de pânico morais ao: propagar imagens estereotipadas do desvio; criar crescentes espirais de alarme; impulsionar o processo de desvio ao amplificar a narrativa do desvio de um grupo ou de um indivíduo, dando origem, algumas vezes, a uma profecia autorrealizável. Young (2011) ressalta que a mídia da época devotava espaço crescente ao noticiamento de crimes, delinquentes e guetos. Ao mesmo tempo, percebe um declínio acentuado na veracidade de seus conteúdos. “Não é o excesso de informação que é o problema, mas o excesso de informações seriamente distorcidas em uma situação de conhecimento direto muito pobre: é a questão do pânico – a violação da razão” (Idem, p. 249)

Saindo de 1960 e chegando à segunda década do século XXI, na visão de Jenks (2011, p. 233), a sociologia contemporânea não aceita mais holismos, entendidos como imperialismo epistemológico, consequência dos embates teóricos que tomaram força há cerca de 50 anos. As políticas identitárias tomaram conta da cena, com grupos minoritários demandando direito de fala e equivalência de significado. As relações entre centro e periferia, identidade e diferença, normal e desviante são questionadas regularmente.

É nesse contexto que, entendo, deve ser colocada a discussão sobre o *Queermuseu*. Se, na época em que Cohen e Young escreveram sobre pânico morais, predominava o ressentimento da velha geração em relação a culturas juvenis, no momento presente as questões de classe e diversidade tomaram o espaço dos conflitos intergeracionais (YOUNG, 2011, pp. 255-256).

Dessa forma, o alarde criado em torno da “pedofilia em museus” nos leva a pensar sobre questões morais que se fazem presentes em um país dilacerado pela crise política, econômica e social. O caso aqui comentado não diz respeito à reação a um crime de violência cometido por um pedófilo, mas foi uma campanha contra uma mostra artística que tinha como tema a diversidade sexual, nos levando de volta à “histórica associação entre gays e pedofilia” (MISKOLCI, 2007).

“A moral deles não é a nossa, tanto que defendem que a apologia a [*sic*] pedofilia, zoofilia e profanação de símbolos religiosos seja bancada pelo dinheiro público” é o título de um texto publicado pelo blog *O Reacionário*¹⁸ e postado pelo MBL em sua página no Facebook,¹⁹ com expressivas 7,7 mil reações, 1.547 compartilhamentos e mil comentários. O texto critica aqueles que criticaram a campanha encampada pelo MBL – a reação ao que estamos classificando como pânico moral é assimilada assim à própria campanha, criando o efeito espiral já conhecido por aqueles que estudam pânicos morais. Mais do que isso, fortalece-se a bipartição entre o nós e o eles: “o cancelamento foi o que bastou para que a asquerosa ‘beautiful people’ saísse da sarjeta para atacar o Movimento Brasil Livre e outros grupos que protestaram contra a exposição nas redes. Para eles, trata-se de censura e fascismo”.²⁰

Há dois níveis de “eles” a serem considerados: os *queer* que estariam fazendo apologia à pedofilia e aqueles que defendem a diversidade sexual e criticam o MBL. Do outro lado, encontra-se o “nós” – guardiões da moral e dos bons costumes. Moral deles; moral nossa. O uso dos pronomes “nós” e “eles” remete ao cenário descrito por Young (2011), e também à já clássica figuração estabelecidos e *outsiders* discutida por Norbert Elias (2000).

Ao seguir a leitura do texto d’*O Reacionário* citado acima, fica claro em que ambiente está inserida a contestação da moralidade “deles”: “Lembrem-se que estes deploráveis estão esperneando justamente porque o contribuinte não irá mais financiar uma obra que atinge a própria dignidade”.²¹

Se a moralidade é invocada – e quem concordaria com algo sórdido como a apologia à pedofilia? –, é no sentido de inserir no debate a discussão de políticas econômicas, como a Lei Rouanet, em um momento em que a definição das forças políticas que disputariam a eleição de 2018 ainda estavam em construção, em um país marcado e cindido pelo *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em 2016.

Além da agenda político-econômica, há também uma agenda mais ideológica que se esconde por trás da campanha contra a pedofilia: a campanha em favor de um projeto denominado Escola sem Partido,²² movimento que se diz: “pela descontaminação e desmonopolização política e ideológica das escolas”; “pelo respeito à integridade intelectual e moral dos estudantes”; “pelo respeito ao direito dos pais de dar aos seus filhos a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções”.²³

Na página do MBL no Facebook, que analisamos para escrever o presente texto, encontramos diversas publicações defendendo o projeto Escola sem Partido²⁴ ao longo de setembro de 2017, principalmente no início e ao final do mês, ou seja, antes e depois da campanha contra o *Queermuseu*. No dia 4, por exemplo: “O Escola Sem Partido entra em fase decisiva, pois está sendo atacado por todos os lados”. No dia 9, encontramos a primeira chamada contra a exposição: “Santander Cultural promove pornografia e até pedofilia com base na Lei de Incentivo à Cultura”,

constituindo auge da campanha os dias 11 a 15 de setembro. No dia 18, a página voltou a receber publicações sobre o Escola sem Partido, relacionando inclusive ambas as questões: “Exclusivo: professor doutrina seus alunos comparando boicote do ‘caso Santander’ com censura nazista”. Na sequência, o MBL iniciou uma campanha de *crowdfunding* para financiar uma caravana que iria a Brasília defender a aprovação do projeto Escola sem Partido.

Pedofilia diz respeito ao desejo sexual de adultos por crianças, e isso não estava colocado na mostra. O que estava em questão era o questionamento das políticas sexuais não hegemônicas, ou seja, a diferença e a diversidade sexuais. Buscava-se, principalmente, desconstruir a ideia de que crianças possuem gênero e sexualidade. Ao denunciar a “pedofilia nos museus”, esses grupos conservadores demonstraram claramente seu medo de que crianças possam escolher seu caminho e, assim, talvez rejeitar o papel hegemônico atribuído. O que estava em questão não era a proteção das crianças contra pedófilos ou contra a violência sexual, mas sim o medo de que crianças ou adolescentes possam se dizer gays ou lésbicas ainda na infância ou adolescência.

Se os pânico morais são o “momento político” do sexo (RUBIN, 1984), é porque permitem o redesenho de limites aceitáveis e das políticas e legislações que regram efetivamente a prática em questão. Nesse sentido, o que a campanha nos mostra é uma tentativa, por parte de um movimento político conservador, de intervir no que chamaram de educação moral das crianças. Buscam limitar qualquer discussão a esse respeito no ambiente escolar, demonstrando seu descontentamento com mudanças efetivadas nos últimos anos, como a determinação de orientação sexual como tema transversal a ser tratado nas escolas de todo o país.²⁵

Conclusão

Amanda Rohloff e Sarah Wright (2010) propõem uma releitura do conceito de pânico moral a partir da sociologia de Norbert Elias, em especial da teoria dos processos civilizadores e descivilizadores. A proposta das autoras é conceitualizar o pânico como um processo descivilizador parcial e de curta duração, sendo em parte resultante de processos civilizadores de longo prazo (ROHLOFF e WRIGHT, 2010, p. 411).

Reportando-se a um trabalho anterior de Rohloff (2008), e seguindo na esteira de Mennell (1990), Fletcher (1997) e Pratt (2005), elas entendem que, enquanto a possibilidade do processo descivilizador resulta de um aumento efetivo nos níveis de perigo, ao mesmo tempo em que há uma diminuição no monopólio estatal da violência legítima (FLETCHER, 1997), para a ocorrência de um pânico moral é necessário apenas a percepção do aumento do perigo e da

falência do Estado em reduzir o perigo. O pânico moral é entendido, assim, como um processo descivilizador parcial no sentido de que a conduta civilizada pode ser afetada com a diminuição da identificação mútua entre os grupos, o “nós” e o “eles”,²⁶ bem como pode haver a retomada de uma visão mais envolvida, dificultando a adoção de medidas mais adequadas para lidar com a questão (ROHLOFF e WRIGHT, 2010, p. 411).

Não vejo, no caso em tela, nenhum processo descivilizador, mesmo que parcial. Mas gostaria de apontar em outra direção, mostrando o pânico moral gerado em torno da acusação de incitação à pedofilia como resultante de processos de longo prazo que vêm ocorrendo nas sociedades ocidentais.

Há dois movimentos, direcionamentos do processo civilizador (LANDINI, 2005), que estão em questão: por um lado, o aumento de sensibilidade em relação aos crimes sexuais (VIGARELLO, 1998) e, por outro, a construção da criança e da infância como tempo da inocência sexual (ARIËS, 1981). Esses são movimentos que vêm ocorrendo nas sociedades ocidentais há tempos, e que se entrecruzam, tornando-se questões mais agudas na contemporaneidade.

Em decorrência, direitos sexuais, incluindo a orientação sexual, passam a ser associados à violação sexual (CARVALHO et al., 2012). São os direitos negativos – o direito à proteção contra violências sexuais –, em contraposição aos direitos sexuais positivos – a afirmação da sexualidade como território do prazer e da autonomia (LEITE, 2013, p. 192).

A violência sexual passa a ser entendida, nesse sentido, como um crime contra a infância, em que não apenas a vítima é uma criança, mas a própria infância está em questão. A infância aqui é definida por qualidades ou experiências como o tempo do brincar, da existência assexual e tranquila no seio da família. Imagens vistas recorrentemente em campanhas contra a violência sexual de crianças – tais como as de uma criança cobrindo o rosto com as mãos ou uma boneca quebrada jogada no chão – exemplificam muito bem essa visão (KITZINGER, 1997). A violência sexual rouba, nessa visão, a inocência sexual. Ao atingir um ser projetado como ideal de pureza, a violência sexual se impõe como violência primeira (VIGARELLO, 1998, p. 248), violência para a qual os olhares e as sensibilidades estão voltados.

Tendo esse quadro de longo prazo em mente, voltemos à discussão sobre a acusação de incitação à pedofilia feita a uma mostra artística que tinha como objetivo maior a discussão sobre diferença e diversidade sexual. Ressaltamos: a acusação foi de incitação à pedofilia, não de violência sexual. As palavras importam, e muito. Apesar de as pesquisas mostrarem que a família é o espaço onde ocorrem mais violências contra a criança, inclusive a sexual, o estranho é o alvo costumeiro (CRITCHER, 2002, p. 533). Tendo sido o pedófilo construído como o monstro contemporâneo (SILVERMAN e WILSON, 2002; LOWENKRON, 2015; RODRIGUES, 2017), é sobre ele que recaem os temores individuais e sociais.

Levando-se em conta também a já histórica associação entre pedofilia e homossexualidade (MISKOLCI, 2007), a acusação de incitação à pedofilia em um espaço destinado à discussão sobre diversidade sexual gerou uma reação rápida e impensada – envolvida, nos termos de Elias. Citando novamente Young (2011, p. 249), é a “questão do pânico – a violação da razão”.

É emblemático que as acusações de incitação à pedofilia em blogs e redes sociais tenha sido acompanhada das imagens dos quadros em questão, principalmente daquele que retrata duas crianças “viadas” e em que se lê “criança viada travesti da lambada” e “criança viada deusa das águas”. A criança retratada é a criança sexuada, a criança agente de sua própria sexualidade, o que se contrapõe ao ideal da infância assexuada.

Assim, o que estava em questão em relação ao *Queermuseu* não era a proteção à criança e ao adolescente, mas sim seus direitos sexuais. A campanha moral contra a exposição pode ser entendida como parte de um movimento político-social mais amplo denominado onda conservadora, que alinha políticos da denominada bancada evangélica no Congresso Nacional ao conservadorismo crescente na sociedade brasileira (ALMEIDA, 2017; MACHADO, 2017).

Contudo, considero importante pontuar exatamente onde se encontra essa bipartição de valores. Ainda que nos falem pesquisas a respeito dos posicionamentos político-partidários e político-ideológicos em relação ao enfrentamento da violência sexual, minha hipótese é que não há discordâncias substantivas nesse quesito.²⁷ Já em relação a crianças e adolescentes LGBT e ao direito à sexualidade, há, na atual conjuntura, posições polarizadas – o “nós” e o “eles” –, que se enfrentam na esfera pública. Nesse sentido, a campanha contra o *Queermuseu* – ou ofensiva civilizatória, nos termos eliasianos –, mostra o empenho de um grupo social em deslocar a balança de poder social a seu favor, lutando por políticas mais conservadoras no que diz respeito à discussão sobre infância e sexualidade, especificamente sobre diversidade sexual.

Notas

¹ Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) pela concessão da Bolsa de Pesquisa no Exterior (Processo nº 2013/26401-1) para realização da pesquisa *Assédio Sexual Online e Pornografia Infantil: Um Estudo dos Casos Julgados na Província de Ontário, Canadá*. Ainda que o presente texto não seja um produto direto do estudo empreendido durante meu estágio no exterior, foi ali que fui provocada a discutir o conceito de pânico moral em relação à violência sexual.

² Surgido no final de 2014 a partir da organização de protestos em favor da Operação Lava Jato, o MBL tem feito forte oposição ao Partido dos Trabalhadores (PT). Defensor do liberalismo econômico, já fez diversas alianças com as bancadas ruralista e evangélica na Câmara dos Deputados.

³ Disponível (on-line) em: jornalivre.com

⁴ A pesquisa abrangeu apenas textos públicos, seja em sites e blogs de notícias, seja em redes sociais, o que dispensa que o projeto de pesquisa seja avaliado por Comitê de Ética. A Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, a qual versa sobre a ética em pesquisa na área de ciências humanas e sociais afirma em seu art. 1º, parágrafo único que “Não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP: (...) II – pesquisa que utilize informações de acesso público (...)” (SNS, 2016).

⁵ Disponível (on-line) em: <https://www.facebook.com/SantanderCultural/>

⁶ Conforme Recomendação PRDC/RS nº 21/2017, PP nº 1.29.000.002998/2017-60. Esse documento – expedido pelo Ministério Público Federal, Procuradoria da República no Rio Grande do Sul, Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão e assinado pelo procurador Fabiano de Moraes – me foi gentilmente cedido por Gaudêncio Fidelis, curador da mostra *Queermuseu*, a quem agradeço. Agradeço também a Larissa Pelúcio e Érick Pires, por me colocarem em contato com Fidelis.

⁷ O documento foi assinado em 9 de janeiro de 2018 por Marcos Madureira, do Santander Cultural, e Enrico Rodrigues de Freitas, Procurador da República e Procurador Regional dos Direitos do Cidadão (RS). Novamente, agradeço a gentileza de Gaudêncio Fidelis pelo acesso a esse documento.

⁸ Os dirigentes do MBL negam que a campanha tenha sido iniciada por eles, afirmando terem sido responsáveis apenas por levar adiante o descontentamento da sociedade civil organizada. Ver, por exemplo, a fala de Paula Cassol durante debate na Rádio Guaíba. Disponível (on-line) em: <https://www.youtube.com/watch?v=qrLVzmJVvAQ>

⁹ A contagem diz respeito ao período de 1 a 30 de setembro. Levou em consideração apenas as publicações que tinham como tema principal o *Queermuseu*. Publicações sobre o caso do MAM-SP ou do projeto do Escola sem Partido não foram considerados para a contagem.

¹⁰ Disponível (on-line) em: https://www.facebook.com/mblivre/?ref=br_rs

¹¹ De acordo com estudo realizado pela Associação dos Especialistas em Políticas Públicas de São Paulo (AEPPSP), com base em critérios de um grupo de estudo da Universidade de São Paulo (USP), o site está entre os maiores produtores da chamada “pós-verdade”.

¹² Disponível (on-line) em: <https://jornalivre.com/2017/09/11/quem-ataca-os-criticos-da-mostra-do-santander-esta-defendendo-a-promocao-pedofilia-e-zoofilia-pagas-com-dinheiro-publico/>

¹³ Disponível (on-line) em: <https://jornalivre.com/2017/09/09/santander-cultural-promove-pornografia-e-ate-pedofilia-com-base-na-lei-de-incentivo-a-cultura/>

¹⁴ Disponível (on-line) em: <https://jornalivre.com/2017/10/04/esquerdistas-sempre-defenderam-a-pedofilia-so-tinham-medo-de-demonstrar-isso-publicamente-ate-agora/>

¹⁵ Gaudêncio Fidelis, em debate promovido pela Rádio Guaíba em 12 de setembro de 2017 também afirmou que as duas obras que deram ensejo à acusação de pedofilia foram as de Bia Leite e de Adriana Varejão. Também participaram do programa Paula Cassol Lima, do MBL, e o secretário de Cultura do Rio Grande do Sul. Disponível (on-line) em: <https://www.youtube.com/watch?v=qrLVzmJVvAQ>

¹⁶ Disponível (on-line) em: <http://criancaviada.tumblr.com/>

¹⁷ Disponível (on-line) em: <https://www.youtube.com/watch?v=KjJfsbcsZ1o>

¹⁸ Disponível (on-line) em: http://www.oreacionario.blog.br/2017/09/a-moral-deles-nao-e-nossa-tanto-que_11.html

¹⁹ Disponível (on-line) em: <https://www.facebook.com/mblivre/posts/680979848692828>

²⁰ Disponível (on-line) em: http://www.oreacionario.blog.br/2017/09/a-moral-deles-nao-e-nossa-tanto-que_11.html

²¹ Disponível (on-line) em: http://www.oreacionario.blog.br/2017/09/a-moral-deles-nao-e-nossa-tanto-que_11.html

²² Tanto a “Apresentação do Projeto de Lei ‘Escola sem Partido’ em legislativos estaduais e municipais” quanto a “Revogação da Lei Rouanet” constam no documento *Propostas aprovadas no primeiro Congresso Nacional do Movimento Brasil Livre em novembro de 2015*. Disponível (on-line) em: <http://mbl.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2017/05/propostas-mbl.pdf>

²³ As bases do projeto Escola sem Partido estão explicitadas em Silva e Nagib (30/01/2011). Disponível (on-line) em: <http://www.escolasempartido.org/>

²⁴ Para discussões sobre o Escola sem Partido e sobre o debate acerca da chamada “ideologia de gênero”, ver: Luna (2017), Reis e Eggert (2017) e Miskolci e Campana (2017).

²⁵ A esse respeito, ver Brandão e Lopes (2018), Palma et al. (2015) e Vianna e Ubehaum (2004).

²⁶ Encaixa-se aqui a leitura de Critcher (2002) a respeito do ressurgimento de movimentos vigilantes e, portanto, o ressurgimento ou aumento da violência na esfera pública após o pânico moral gerado a partir do assassinato da pequena Sarah Payne, de 9 anos de idade, ocorrido na Inglaterra em julho de 2000. Além disso, a denominada *Sarah’s Law*, proposta de lei que permite acesso aberto ao cadastro de ofensores sexuais condenados, e cuja discussão ocorreu justamente em função do pânico moral gerado a partir da morte da menina, é um exemplo de uma proposta feita sem muito distanciamento. No Brasil, a CPI da Pedofilia, analisada por Lowenkron (2015), e a legislação sobre pornografia infantil aprovada pelo Senado Federal na sequência, são outros exemplos.

²⁷ A CPI da Pedofilia, por exemplo, apesar de capitaneada pelo senador evangélico Magno Malta, contou com a participação e apoio de diversas instituições da sociedade civil que dificilmente poderíamos classificar como politicamente conservadoras.

Referências

- ALMEIDA, Ronaldo de. (2017), “A onda quebrada – Evangélicos e conservadorismo”. *Cadernos Pagu*, n° 50, e175001.
- ARIÈS, Philippe. (1981), *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro, Zahar.
- BECK, Richard. (2015), *We Believe the Children: A Moral Panic in the 1980s*. Nova York, Public Affairs.
- BRANDÃO, Elaine Reis [e] LOPES, Rebecca Faray Ferreira. (2018), “‘Não é competência do professor ser sexólogo’: O debate público sobre gênero e sexualidade no Plano Nacional de Educação”. *Civitas*, Vol. 18, n° 1, pp. 100-123.
- CARVALHO, Cíntia de Sousa; SILVA, Elisângela Ribeiro da; JOBIM E SOUZA, Solange; SALGADO, Raquel Gonçalves. (2012), “Direitos sexuais de crianças e adolescentes: Avanços e entraves”. *Psicologia Clínica*, Vol. 24, n° 1, pp. 69-88.
- CHEIT, Ross R. (2014), *The Witch Hunt Narrative: Politics, Psychology, and the Sexual Abuse of Children*. Oxford, Oxford University Press.
- COHEN, Stanley. (2011a), *Folk Devils and Moral Panics: The Creation of the Mods and Rockers*. Londres/Nova York, Routledge Classics.
- _____. (2011b), “Whose Side Were We On? The Undeclared Politics of Moral Panic Theory”. *Crime, Media, Culture*, Vol. 7, n° 3, pp. 237-243.
- CRITCHER, Chas. (2002), “Media, Government and Moral Panic: The Politics of Paedophilia in Britain 2000-1”. *Journalism Studies*, Vol. 3, n° 4, pp. 521-535.
- DAVID, Matthew; ROHLOFF, Amanda; PETLEY, Julian [e] HUGHES, Jason. (2011), “The Idea of Moral Panic: Ten Dimensions of Dispute”. *Crime, Media, Culture*, Vol. 7, n° 3, pp. 215-218.
- ELIAS, Norbert. (2000), *Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro, Zahar.
- FLETCHER, Jonathan. (1997), *Violence and Civilization: An Introduction to the Work of Norbert Elias*. Cambridge, Polity Press.
- GARLAND, David. (2008), “On the Concept of Moral Panic”. *Crime, Media, Culture*, Vol. 4, n° 1, pp. 9-30.
- GOODE, Erick [e] NACHMAN, Ben Yehuda. (2009), *Moral Panics: The Social Construction of Deviance*. Nova Jersey, Wiley-Blackwell.
- JENKINS, Philip. (2001), *Beyond Tolerance: Child Pornography on the Internet*. Nova York, New York University Press.
- _____. (2009), “Failure to Launch: Why Do Some Social Issues Fail to Detonate Moral Panics?”. *British Journal of Criminology*, Vol. 49, n° 1, pp. 35-47.
- JENKS, Chris. (2011), “The Context of an Emergent and Enduring Concept”. *Crime, Media, Culture*, Vol. 7, n° 3, pp. 229-236.
- KITZINGER, Jenny. (1997), “Who Are We Kidding? Children, Power and the Struggle Against Sexual Abuse”. Em: JAMES, Alison [e] PROUT, Alan. *Constructing and Reconstructing Childhood*. Londres, Routledge.
- LANDINI, Tatiana Savoia. (2005), *Honra, horror e direitos: Violência sexual contra crianças e adolescentes no século XX*. Tese (doutorado), PPGS, USP.

- _____. (2006), “Violência sexual contra crianças na mídia impressa: Gênero e geração”. *Cadernos Pagu*, n° 26, pp. 225-252.
- LEITE, Vanessa. (2013), *Sexualidade adolescente como direito? A visão de formuladores de políticas públicas*. Rio de Janeiro, EdUERJ.
- LOWENKRON, Laura. (2015), *O monstro contemporâneo: A construção social da pedofilia em múltiplos planos*. Rio de Janeiro, EdUERJ.
- LUNA, Naara. (2017), “A criminalização da ‘ideologia de gênero’: Uma análise do debate sobre diversidade sexual na Câmara dos Deputados em 2015”. *Cadernos Pagu*, n° 50.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. (2017), “Pentecostais, sexualidade e família no Congresso Nacional”. *Horizontes Antropológicos*, n° 47, pp. 351-380.
- MENNELL, Stephen. (1990), “Decivilising Processes: Theoretical Significance and Some Lines of Research”. *International Sociology*, Vol. 5, n° 2, pp. 205-223.
- MISKOLCI, Richard. (2007), “Pânicos morais e controle social”. *Cadernos Pagu*, n° 28, pp. 101-128.
- _____. [e] CAMPANA, Maximiliano. (2017), “‘Ideologia de gênero’: Notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo”. *Revista Sociedade e Estado*, Vol. 32, n° 3, pp. 725-747.
- NATHAN, Debbie [e] SNEDEKER, Michael. (1995), *Satan’s Silence: Ritual Abuse and the Making of a Modern American Witch Hunt*. Nova York, Basic Books.
- OMS. (1997), *CID-10: Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde*. São Paulo, Edusp.
- PALMA, Yáskara Arrial; PIASON, Aline da Silva; MANSO, Almudena Garcia [e] STREY, Marlene Neves. (2015), “Parâmetros curriculares nacionais: Um estudo sobre orientação sexual, gênero e escola no Brasil”. *Temas em Psicologia*, Vol. 23, n° 3, pp. 727-738.
- PRATT, John. (2005), “Elias, Punishment, and Decivilization”. Em: PRATT, John; BROWN, David; BROWN, Mark [e] HALLSWORTH, Simon (orgs.). *The New Punitiveness: Trends, Theories, Perspectives*. Cullompton, Willan, pp. 256-71.
- REIS, Toni [e] EGGERT, Edla. (2017), “Ideologia de gênero: Uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros”. *Educação & Sociedade*, Vol. 38, n° 138, pp. 9-26.
- RODRIGUES, Herbert. (2017), *A pedofilia e suas narrativas: Uma genealogia do processo de criminalização da pedofilia no Brasil*. Rio de Janeiro, Multifoco.
- ROHLOFF, Amanda. (2008), “Moral Panics as Decivilising Processes: Towards an Eliasian Approach”. *New Zealand Sociology*, Vol. 23, n° 1, pp. 66-76.
- _____. [e] WRIGHT, Sarah. (2010), “Moral Panic and Social Theory: Beyond the Heuristic”. *Current Sociology*, Vol. 58, n° 3, pp. 403-419.
- RUBIN, Gayle. (1984), “Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality”. Em: VANCE, Carole (org.). *Pleasure and Danger: Exploring Female Sexuality*. Boston e Londres, Routledge & Kegan Paul.
- SILVERMAN, Jon [e] WILSON, David. (2002), *Innocence Betrayed: Paedophilia, the Media and Society*. Cambridge, Polity Press.
- SNS. (2016), Resolução n° 510, de 7 de abril de 2016. Conselho Nacional de Saúde (SNS). Diário Oficial da União. Brasília, DF. Disponível (on-line) em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/reso510.pdf>

- VIANNA, Cláudia Pereira [e] UNBEHAUM, Sandra. (2004), “O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002”. *Cadernos de Pesquisa*, Vol. 34, nº 121, pp. 77-104.
- VIGARELLO, Georges. (1998), *História do estupro: Violência sexual nos séculos XVI-XX*. Rio de Janeiro, Zahar.
- YOUNG, Jock. (2011), “Moral Panics and the Transgressive Other”. *Crime, Media, Culture*, Vol. 7, nº 3, pp. 245-258.

Fontes da imprensa

- BIBLIOO. (07/10/2017), “Livro pode ser retirado de biblioteca por ‘fazer apologia à pedofilia e à zoofilia’”. *BiblioO – Cultura informacional, Reportagens*. Disponível (on-line) em: <http://biblio.cartacapital.com.br/livro-pode-ser-retirado-de-biblioteca/>
- BRUM, Eliane. (31/10/2018), “Como fabricar monstros para garantir o poder em 2018”. *El País, Brasil, Opinião, Coluna*. Disponível (on-line) em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/30/opinion/1509369732_431246.html
- G1. (07/11/2017), “Masp recua e passa a permitir menores de 18 anos em exposição sobre sexualidade”. *G1, São Paulo*. Disponível (on-line) em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/masp-recua-e-passa-a-permitir-menores-de-18-anos-em-exposicao-sobre-sexualidade.ghtml>
- HERMIDA, Xosé. (19/11/2017), “O discurso de ódio que está envenenando o Brasil”. *El País, Brasil, Atualidade, Crise Política no Brasil*. Disponível (on-line) em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/18/actualidad/1511039404_742600.html
- MARTINS, Miguel. (24/11/2017), “Na CPI dos Maus Tratos, o encontro da arte com o obscurantismo”. *Carta Capital, Cultura, Guerras Culturais*. Disponível (on-line) em: <https://www.cartacapital.com.br/cultura/na-cpi-dos-maus-tratos-o-encontro-da-arte-com-o-obscurantismo>
- MELO, Débora. (20/09/2017), “‘Liberal’, MBL oscila entre o Estado mínimo e o conservadorismo moral”. *Carta Capital, Política, Ideologia*. Disponível (on-line) em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/liberal-mbl-oscila-entre-o-estado-minimo-e-o-conservadorismo-moral>
- MENDONÇA, Heloísa. (14/09/2017), “Caso ‘Queermuseu’ mostra que são tempos de intolerância. Da direita, mas também da esquerda”. *El País, Brasil, Política*. Disponível (on-line) em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/14/politica/1505394738_622278.html
- OLIVEIRA, Tory. (06/11/2017), “Judith Butler: ‘O ataque ao gênero emerge do medo das mudanças’”. *Carta Capital, Diversidade, Entrevista – Judith Butler*. Disponível (on-line) em: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/judith-butler-o-ataque-ao-genero-emerge-do-medo-das-mudancas>
- POROGER, Felipe Arrojo. (14/09/2017), “Queermuseu e o falso liberalismo de Kim Kataguirí”. *Carta Capital, Cultura, Conservadorismo*. Disponível (on-line) em: <https://www.cartacapital.com.br/cultura/queermuseu-e-o-falso-liberalismo-de-kim-kataguiri>
- ROSSI, Marina. (03/10/2017), “Caso MAM: Quem divulgou vídeo de menina no museu pode ser

punido”. El País, Brasil, Museu da Arte Moderna de São Paulo. Disponível (on-line) em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/02/politica/1506979505_979950.html

SANCHES, Pedro Alexandre. (17/09/2017), “Aldir Blanc: ‘Estamos vivendo uma ditadura com luvas de pelica’”. Carta Capital, Cultura, Música. Disponível (on-line) em: <https://www.cartacapital.com.br/revista/970/aldir-blanc-estamos-vivendo-uma-ditadura-com-luvas-de-pelica>

SCHWARCZ, Lilia. (25/09/2017), “A obra de Adriana Varejão e nossa ‘Cena de Interior’”. Nexo Jornal, Coluna, Lilia Schwarcz. Disponível (on-line) em: <https://www.nexojornal.com.br/colunistas/2017/A-obra-de-Adriana-Varej%C3%A3o-e-nossa-Cena-de-Interior>

SILVA, Luiz Carlos Faria da [e] NAGIB, Miguel. (30/01/2011), “Direito dos pais ou do Estado?”. Folha de S. Paulo, Opinião, Tendências/Debates. Disponível (on-line) em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz3001201107.htm>

TATIANA SAVOIA LANDINI

(tatiana.landini@unifesp.br) é professora associada do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp, São Paulo, Brasil). É doutora e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade de São Paulo (USP, Brasil) e graduada em ciências sociais pela mesma universidade.